

INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE PESSOAS COM AUTISMO: ESTRATÉGIAS E FINANCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GARANTIA DE DIREITOS

Riezo Silva Almeida

Eixo Temático 3 - Inclusão e Participação Social

IFRJ

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar estratégias eficazes para promover a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos ambientes escolares, profissionais e comunitários, articulando essas ações ao financiamento das políticas públicas e à efetivação dos direitos sociais. Parte-se da premissa de que a inclusão social plena exige, além de legislações específicas, um compromisso orçamentário que garanta ações contínuas de formação de profissionais, adaptação de ambientes e conscientização social. A pesquisa dialoga com autores como Mantoan (2003), ao destacar a importância de práticas pedagógicas inclusivas, e Sasaki (2005), ao tratar da inclusão como um processo dinâmico de transformação social. A legislação brasileira, como a Lei nº 12.764/2012 e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, é analisada à luz de sua implementação prática e dos desafios enfrentados na sua execução. Considera-se também a necessidade de capacitação de professores, gestores, empregadores e agentes públicos, para que atuem de forma ética e efetiva na promoção da igualdade de oportunidades. O estudo defende que a inclusão de pessoas com autismo deve estar integrada aos planos plurianuais, leis orçamentárias e políticas intersetoriais, garantindo, por meio do financiamento público, o acesso a serviços de educação, saúde, trabalho e assistência social de forma equitativa e com respeito à diversidade. Conclui-se que a participação social de pessoas com TEA só será viável mediante ações políticas planejadas, recursos financeiros assegurados e uma mudança cultural sustentada por práticas educativas inclusivas.

Palavras-Chave: inclusão social, autismo, políticas públicas, financiamento.